

Entrevista ao jornalista Guilherme Mergen jornal Periódico Central, de Passo Fundo

Out. 2007

1) A sociedade nunca reivindicou tanto por segurança como hoje. Existe, de certa forma, uma polarização, inclusive propagada pela mídia, da idéia de que é necessário investir mais nessa área. O senhor tem a opinião de que já se gasta demais com segurança. Porém, a criminalidade não reduz. Então, onde está o problema? Essa verba é aplicada de forma equivocada?

Sim, o problema central dos investimentos em segurança pública no Brasil é que eles são feitos de forma irracional e na ausência de uma definição estratégica sobre prevenção do crime e da violência. Segue-se, como regra, a praxe da compra de viaturas e armamentos, desprezando-se, por exemplo, a necessidade de reformar as estruturas de policiamento, de investir em inteligência policial e em capacitar os próprios profissionais. O resultado são polícias que potencializam seus meios de coerção, mas que seguem atuando às cegas. Em 2005, gastamos mais de 25 bilhões de reais apenas para manter as polícias estaduais em todo o Brasil. Não se trata de pouco dinheiro. Então, o problema não é investir mais, mas investir melhor.

2) O senhor teve uma passagem pela política, inicialmente como vereador de Santa Maria e mais tarde como deputado estadual e federal. Em Brasília, defendeu muito a idéia de moderação no uso da força e de armamento por parte da polícia. Na sua opinião, o atual modelo de polícia - o reativo - é ultrapassado ou equivocado? Ele contribui para uma polícia mais autoritária e agressiva?

O modelo reativo é aquele pelo qual as polícias esperam pela notícia de um crime para, então, iniciarem as tarefas de investigação e persecução penal. Algo que nas sociedades modernas equivale a "enxugar gelo". O mais grave, entretanto, é que o modelo pressupõe uma polícia estranha às comunidades. Os policiais não cumprem o seu serviço de maneira regular e fixa em uma área geográfica. Fazem patrulhamento aleatório motorizado e não constituem relação com os moradores. Assim, não conhecem as pessoas para as quais deve prestar segurança; estas, por sua vez, também não conhecem os policiais. Neste distanciamento, todos são estranhos e, tendencialmente, suspeitos. Sem a confiança que só a proximidade pode oferecer, os policiais já não recebem informações da população a respeito das dinâmicas criminosas e, assim, perdem sua mais valiosa fonte. Na ausência de uma relação social

efetiva e sem uma cultura institucional democrática, estes policiais também não prestam contas de suas atitudes aos cidadãos, nem são orientados por suas preocupações. O resultado é uma enorme ineficiência. Esta mesma distância entre as polícias e as comunidades também é muito funcional à reprodução de práticas violentas contra a população, destacadamente os mais humildes.

3) Ainda nessa questão da polícia, culpa-se muito a atual legislação em vigor pela impunidade de criminosos. Agora, essa falta de punição não está muito ligada ao trabalho de investigação, muitas vezes incapaz de produzir provas suficientes para a condenação dos criminosos? Caso concorde, o que falta para a polícia aprimorar o trabalho de investigações?

Sim, a impunidade no Brasil tem pouco a ver com as leis penais e muito a ver com a qualidade dos inquéritos policiais. Impunidade é, sobretudo, um problema de polícia. É que as investigações dificilmente colhem a prova necessária à condenação. De um lado, há uma larga tradição de ações policiais baseadas na força, na ameaça sobre os suspeitos, na chantagem e mesmo na tortura. Gente que foi formada neste tipo de "ação" dificilmente consegue incorporar os pressupostos de uma polícia científica, necessários à produção de prova. De outro, temos a miséria dos meios de investigação mesmo. Nossas polícias não contam com redes de informação disponibilizadas "on line"; recursos elementares como o georeferenciamento são ainda pouco empregados no Brasil e, como regra, não se dispõe sequer de um diagnóstico preciso sobre as tendências criminais. Esta é uma área onde, em síntese, a incompetência é muito freqüente e a improvisação é o "modus operandi". Precisáramos recrutar pessoas mais capacitadas para a polícia, especialistas em diversas áreas necessárias à investigação criminal, mas, para isso, deve-se pagar melhor aos que ingressam nas polícias e construir uma carreira única para os policiais, que assegure uma perspectiva de dedicação profissional, como uma só "porta de entrada".

4) Muitos especialistas em Segurança Pública disseminam a ideologia de que a criminalidade é consequência da desigualdade social, provocada pelo capitalismo. O senhor concorda com essa relação?

É claro que a desigualdade social - especialmente quando tratamos de indicadores obscenos com os que temos no Brasil - é o pano de fundo para muitos dos tensionamentos que projetam os indivíduos em direção ao crime e à violência. Mas tratar este "pano de fundo" como "causa" é assumir uma posição metafísica, porque crime e violência são fenômenos complexos cujas

"causas" são também complexas e irreduzíveis à desigualdade ou a qualquer outra condição social. Se tratarmos a desigualdade social como causa, será impossível, por exemplo, entender porque a maioria dos miseráveis não constituem carreiras criminais ou porque há tanto crime entre as elites brasileiras, a começar pela elite política e empresarial.

5) Como consultor de Direitos Humanos e Segurança Pública, de que forma o senhor vê a realidade das casas penitenciárias no Estado hoje? Porque, na verdade, por um lado a sociedade cobra a necessidade de o criminoso ser punido através da prisão, mas, por outro lado, a situação dos presídios hoje desencadeia uma violação dos Direitos Humanos dos detentos. Ou seja, esse processo de ressocialização é praticamente inviável nos presídios, o que quase generaliza a reincidência no crime.

Nossas prisões são, como todas as demais no Brasil, casas de horrores que terminam por agenciar novas possibilidades criminais. Não há execução penal digna em estabelecimentos superlotados, onde presos estão encarcerados em galerias - às vezes, às centenas - ao invés de em alojamentos ou celas individuais. Nestes ambientes, só o que se promove é mais sofrimento, doença e violência. Mas os ricos e as classes médias - desde os trabalhadores remediados até os mais privilegiados - não estão nem aí para esta situação e, em larga medida, a tem como desejável. Seus filhos não correm qualquer risco de irem parar nestas pocilgas e eles imaginam que se os presos forem maltratados aprenderão uma lição. Neste ignorância se semeia a vegetação vingadora das quadrilhas e das facções. A conta tem sido paga por todos nós, ao final, com o aumento da criminalidade. Na verdade, deveríamos reservar as penas privativas de liberdade para aquelas pessoas cuja vida em liberdade seja uma ameaça à vida e à integridade física dos demais. Concedo que, além destes, deveríamos punir também com prisão os responsáveis pela corrupção - tendo em conta a gravidade do tema no Brasil. Fora estes perfis, deveríamos apostar em outros mecanismos de responsabilização como aqueles propostos pela Justiça Restaurativa, por exemplo, e pelas penas alternativas e socialmente úteis.

6) Sem dúvida nenhuma, a maioria dos presos hoje no Brasil é jovem. O que tem levado os jovens entrarem na criminalidade tão cedo, a ponto de já serem reincidentes aos 20 anos?

Há uma legião de adolescentes que habitam nossas periferias e que foram

entregues à própria sorte pelo modelo econômico e social vigente. Muitos deles não são apenas marginalizados socialmente, são também marcados a ferro e fogo pela desagregação familiar, pela negligência, pelo abuso sexual, pelo alcoolismo e pela violência dos pais. Corridos da escola que se mostra incapaz de incluir, estranhados e maltratados em suas próprias famílias, colocados à margem de qualquer oportunidade de profissionalização ou trabalho e sem chance de consumo, estes meninos encontram nas gangues e no "movimento" (tráfico de drogas) o acolhimento que nunca tiveram. Uma parte deles fará o movimento de retorno a uma vida sem crimes após constituírem vínculos mais importantes (uma família, por exemplo), outra parte seguirá no crime até serem presos ou mortos.

7) Aliás, como as escolas devem trabalhar com esse tema violência com os alunos? E os professores estão preparados para discutir esse assunto?

Até há alguns anos, o tema da violência só aparecia na escola como uma referência a um problema "externo". Depois, vieram os atos de depredação do patrimônio e parecia que a escola era vítima da violência que seguia "externa". Bem, mas aí começaram as brigas entre os alunos, e os assaltos no recreio, e as armas de fogo nas mochilas e a droga no banheiro e as ameaças aos professores e, então, a escola brasileira se deu conta que a violência não era mais um problema externo. Isto tudo teve um impacto muito grande entre os professores que jamais haviam sido preparados para enfrentar situações do tipo. Em larga medida, os professores seguem sem saber o que pode ser feito e há muita incompreensão a ser superada. A diferença é que aumentou muito o interesse sobre o tema e algumas iniciativas interessantes passaram a ser tomadas. O programa "Escola Aberta", por exemplo, uma iniciativa da UNESCO que terminou se transformando em política pública com o MEC financiando diretamente as escolas, é um exemplo, entre outros. Há, de qualquer forma, muito a ser feito. Primeiro, deveríamos conhecer melhor qual a natureza e a dimensão da violência escolar. Sabemos pouco a respeito, porque nos faltam pesquisas de vitimização com alunos e professores. Temos, ainda, que conhecer melhor as dinâmicas típicas das violências invisíveis que se reproduzem nas escolas nas relações entre os próprios alunos - como aquelas referidas na literatura especializada como "bullying", por exemplo. Uma vez de posse destes indicadores e conhecendo concretamente cada situação vivida em cada escola é preciso delinear um plano de prevenção à violência e implementá-lo. Tarefas do tipo exigem um tipo de assessoria aos professores e direções que os governos não tem oferecido.

10) O seu mais recente livro "A Síndrome da Rainha Vermelha:

policiamento e segurança pública no século XXI" é o resultado de uma pesquisa sobre segurança pública no Reino Unido. Na obra, você põe em cheque as estatísticas de criminalidade no Brasil. O senhor acredita que os índices de criminalidade divulgados por governos no país são irrealistas?

Os índices divulgados são aqueles colhidos em Boletins de Ocorrência (B.O.s) policiais. O problema deste tipo de número é que a grande maioria das vítimas - inclusive de crimes violentos - não registra ocorrência. Há, portanto - não só no Brasil, mas em qualquer país do mundo - uma grande taxa de crimes que realmente ocorreram, mas dos quais não temos notícia pela ausência de comunicação ao Estado. Chamamos esta taxa de "cifra obscura" ("dark rate"). Podemos, entretanto, estimar esta taxa de subnotificação realizando pesquisas anuais de vitimização com os residentes. Todos os países mais desenvolvidos já contam com serviços nacionais para este tipo de trabalho há décadas, mas o Brasil nunca realizou uma só pesquisa nacional de vitimização. Temos algumas pesquisas do tipo realizadas em algumas cidades brasileiras; eu mesmo coordenei a primeira pesquisa de vitimização realizada no RS, na cidade de Alvorada, em 2004. Mas sem uma tradição de pesquisas nacionais e estaduais, não podemos afirmar nada de consistente a respeito de tendências criminais. Na melhor das hipóteses, sem as pesquisas, poderemos trabalhar com as taxas de homicídio que, como regra, oferecem uma espécie de "termômetro" da violência, mas apenas isto. Dizer com base em boletins de ocorrência, por exemplo, que os furtos ou roubos estão "diminuindo" ou "aumentando" é divulgar uma informação absolutamente imprestável já que as variações nos registros podem expressar apenas uma mudança no comportamento das vítimas ou mudanças na atitude das polícias.

11) O Rio Grande do Sul estuda medidas para combater a criminalidade. Uma delas, a mais polêmica, é a implantação da Lei Seca - fechamento de bares a partir de um determinado horário? O senhor é a favor desse tipo de iniciativa? Fala-se muito na eficiência dessa lei em Diadema, porém lá ocorreu um diagnóstico que comprovou essa relação álcool - violência. Antes de qualquer ação, não seria necessário fazer uma espécie de diagnóstico no RS?

Sou, a princípio, muito a favor da idéia de disciplinar o horário para a venda de bebidas alcoólicas. Como regra, tal medida tende a promover mais segurança e a reduzir o número de acidentes de trânsito. Poderá, também, ter um forte impacto quanto aos homicídios, mas isto só ocorrerá se a dinâmica de violências fatais em uma região estiver correlacionada ao abuso no consumo do álcool. Poderemos encontrar uma cidade, por exemplo, onde os homicídios estejam vinculados, basicamente, às disputas entre grupos rivais pelo controle do tráfico de drogas. Neste caso, a chamada "lei seca" não

produziria redução significativa daquelas taxas. Então, o ideal seria realizar estudos de perfil de homicídio em todas as cidades antes de definir a nova política. Mas se isso é impossível, pelo menos na escala desejável, não vejo problemas em se desenvolver alguns projetos-piloto em cidades com diferentes perfis e medir os resultados. Penso que o secretário de segurança está tentando exatamente isto. Suas dificuldades, entretanto, são grandes porque a medida afeta interesses comerciais poderosos, porque as próprias polícias tendem a menosprezar a idéia, assim como muitos jornalistas que se acostumaram a falar sobre o que não conhecem.

12) Apesar de ainda não ter sido lançado oficialmente, o filme "Tropa de Elite" é capa das principais revistas do país e parece ser o mais polêmico do ano no Brasil. Mesmo ficção, o longa-metragem revela a corrupção na polícia. Esse é um fato ímpar ou praticamente generalizado nas forças policiais?

A situação das polícias brasileiras é bastante heterogênea. Temos algumas corporações que mantêm uma tradição de seriedade e que lutam contra a disseminação das práticas desviantes e temos outras que se transformaram em sócias do crime organizado. Há estados no Brasil onde se os governadores demitissem metade dos policiais as taxas criminais cairiam. Não vi o filme ainda porque estou aguardando a estréia oficial, mas li o livro logo quando foi lançado. Tenho conversado com amigos como Luis Eduardo Soares e acompanhado o quadro das polícias no RJ e a impressão que se tem é que elas estão definitivamente comprometidas pela corrupção. Ao que tudo indica, não será possível reformá-las sem uma depuração radical. Este não me parece ser o caso do RS. Temos muitos problemas por aqui, é claro, envolvendo violência, corrupção, privilégios, etc, mas ainda é possível imaginar uma reação das corporações para identificar aqueles que envergonham a função policial. Em outros lugares, não há como ter esta expectativa.

13) Você é jornalista e trabalha para coibir a criminalidade e garantir os direitos humanos dos cidadãos. Na sua opinião, a mídia hoje - tanto televisiva como imprensa - tem contribuído para essa violência generalizada? O senhor acredita que reproduzi-la diariamente acaba, de certa forma, sendo um incentivo para quem já se encontra em uma situação de fragilidade?

A mídia tem responsabilidades específicas a serem apuradas. É difícil fazer isto, entretanto, porque os veículos de imprensa no Brasil têm produzido uma ideologia que os coloca acima do bem e do mal. Qualquer crítica à mídia no Brasil é logo apresentada como uma "violação à liberdade de imprensa" e se você disser que a imprensa deve repensar a forma como divulga o crime e a

violência então é porque você acha que "tudo é culpa da imprensa" e outras bobagens do tipo. Penso, entretanto, que importantes setores da mídia têm oferecido aos temas da violência e do crime um tratamento sensacionalista que transforma aqueles fenômenos em um espetáculo rentável. Este tratamento, entretanto, dissemina no Brasil uma extraordinária sensação de insegurança - normalmente muito superior aos riscos reais de vitimização, o que está diretamente vinculado ao aumento da demanda punitiva verificado entre a população. Da forma como a violência e o crime são apresentados pela mídia, temos, via de regra, eventos sem história e sem contexto, o que induz as pessoas a compreendê-los como fenômenos individuais presididos pela maldade. Ora, há poucos fenômenos sociais tão regulares quanto a violência e o crime, mas estas regularidades nunca são desvendadas pelos noticiários que tendem a ser parciais, superficiais e alarmistas. Como resultado, a população não é informada a respeito das dinâmicas criminais, nem sabe dos fatores que agenciam as ocorrências; por decorrência, termina inabilitada a participar da cena política como protagonista de soluções efetivas. Por outro lado, a mídia segue contribuindo para a estigmatização dos suspeitos e dos condenados - dos pobres, bem entendido -, invariavelmente chamados de "bandidos" ou identificados pelo crime de que foram acusados. Esta postura contribui em muito para o crime, porque oferece àquele que delinqüiu uma identidade delinqüente que o acompanhará para vida toda, empurrando-o novamente para as práticas ilegais.

15) Agora, na sua opinião, quem é a categoria ou classe que mais sofre com a violação dos Direitos Humanos no Brasil?

Em primeiro lugar, as pessoas mais pobres, os miseráveis. Eles são as vítimas de sempre, obrigados a lutar diariamente por um prato de comida, escorraçados de todos os lugares, corridos das proximidades das lojas e dos "shoppings centers", verdadeiras catedrais de uma época que despreza os valores e a cultura e onde a felicidade tem a dimensão de uma grife e o brilho de um espelho com pó. Entre estas e além destas, as nossas crianças; especialmente aquelas que são negligenciadas, espancadas ou/e abusadas sexualmente. Depois, os excluídos pelo preconceito e pela intolerância: os negros, os índios, os homossexuais, os loucos, os travestis, as prostitutas, os portadores de deficiência, os surdos, os presos, os idosos.

16) Para encerrar, vamos concluir com política, mas sem terminar em pizza. Por que o senhor saiu da política?

Não "saí da política". Tudo o que faço, inclusive responder esta entrevista, é "política" em um sentido mais amplo. Abandonei o parlamento e não tenho

mais disposição para a militância partidária, embora siga filiado ao PT - talvez por teimosia. Passei muitos anos no parlamento - 18 anos ao todo; ocupei a presidência das comissões de direitos humanos da Câmara de Vereadores de Santa Maria , da Assembléia Legislativa do RS e da Câmara dos Deputados em Brasília. Apreendi muito, acumulei uma vasta experiência e pude lutar sempre orgulhoso das coisas que fiz e em sintonia com a conduta ética de meu partido. Sempre fui uma voz minoritária dentro do PT, nunca me alinhei às posições ideológicas da maioria dos petistas - que sempre me pareceram simplórias e ilusórias - mas tinha, pelo menos, um acordo ético fundamental com o partido. Este acordo se desfez. Não me identifico mais no partido que absolve Renan Calheiros, que se alia com a direita mais ordinária do Congresso e que protege corruptos em sua própria sigla. Tenho alguns amigos no PT que estimo muito, e é isso. Minha luta agora é na "planície" e me sinto muito melhor.